

IELS nº 150 – 14/08/2026

Legislação Federal

Portaria MCTI-GM nº 10.274, de 13/08/26 DOU de 14/08/26 p.11 - seção 1 – nº 153 – Dispõe sobre as competências das unidades do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação responsáveis pela prestação de apoio técnico, jurídico, administrativo e financeiro ao Conselho Diretor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT e nas demais atividades relacionadas ao FNDCT.

Portaria MEC-CAPEX nº 354, de 13/08/26 DOU de 14/08/26 p.26 - seção 1 – nº 153 – Altera a Portaria nº 120, de 26 de junho de 2023, que regulamenta a apresentação, avaliação e acompanhamento dos Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI).

Portaria MEC-CAPEX nº 355, de 13/08/26 DOU de 14/08/26 p.27 - seção 1 – nº 153 – Institui o Comitê Gestor do Auxílio Financeiro a Projeto Educacional ou de Pesquisa e Pós-Graduação - AUXPE no âmbito da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.

Portaria MS-GM nº 10.345, de 13/03/26 DOU de 14/08/26 p.81 - seção 1 – nº 153 – **Republicação** - Credencia e habilita municípios a fazerem jus à transferência dos incentivos financeiros federais de custeio aos municípios e ao Distrito Federal, referentes às equipes, serviços, programas e profissionais no âmbito da Atenção Primária à Saúde - APS.

Portaria MS-GM nº 12.092, de 12/08/26 DOU de 14/08/26 p.95 - seção 1 – nº 153 – Habilita unidades de saúde para a Vigilância Sentinela da Síndrome do Corrimento Uretral Masculino (VSCUM).

Portaria MS-GM nº 12.096, de 13/08/26 DOU de 14/08/26 p.95 - seção 1 – nº 153 – Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre projetos de cooperação técnica internacional do Ministério da Saúde.

Portaria MS-GM nº 11.665, de 22/06/26 DOU de 14/08/26 p.98 - seção 1 – nº 153 – **Retificação** - Renova qualificação de Central de Regulação das Urgências (CRU) e de Unidades Móveis, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes à Central de Regulação das Urgências (CRU) de Rio Claro e mantém os recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporados ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade (MAC), dos Municípios, no Estado de São Paulo.

Portaria MS-SAES nº 4.288, de 22/06/26 DOU de 14/08/26 p.107 - seção 1 – nº 153 – **Republicação** - Atualiza o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde - SUS (Tabela de Procedimento do SUS), relacionados ao cadastramento e procedimentos vinculados à Política Nacional de Cuidados Paliativos.

Portaria MS-SAES nº 4.637, de 05/08/26 DOU de 14/08/26 p.111 - seção 1 – nº 153 – Concede autorização aos estabelecimentos e a equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

Portaria MS-SAES nº 4.650, de 06/08/26 DOU de 14/08/26 p.113 - seção 1 – nº 153 – Renova autorização de estabelecimento de saúde para realização de exames de histocompatibilidade.

Portaria MS-SAES nº 4.694, de 13/08/26 DOU de 14/08/26 p.115 - seção 1 – nº 153 – Inclui procedimentos do rol de Apoio Diagnóstico e Terapêutico por Imagem no Componente Ambulatorial do Programa Agora Tem Especialistas.

Portaria MS-SAES nº 4.695, de 13/08/26 DOU de 14/08/26 p.115 - seção 1 – nº 153 – Inclui procedimentos do rol de Apoio Diagnóstico e Terapêutico por Imagem no Componente Ressarcimento ao SUS do Programa Agora Tem Especialistas.

Portaria MS-SAES nº 4.696, de 13/08/26 DOU de 14/08/26 p.98 - seção 1 – nº 153 – Dispõe sobre uniformização da aplicação dos efeitos operacionais nos sistemas de informação das portarias dispostas em anexo único em relação às normas das Portarias GM/MS nº 11.179/2026 e SAES/MS nº 4.105/2026.

Resolução CFF nº 7, de 30/07/26 DOU de 14/08/26 p.166 - seção 1 – nº 153 – Dispõe sobre a atuação do farmacêutico como responsável técnico pelas atividades relacionadas ao cultivo, à produção de material vegetal, à colheita, ao beneficiamento primário, ao armazenamento, e ao sistema de qualidade de Cannabis, desde que legalmente permitidos e autorizados para fins medicinais, farmacêuticos e científicos, e dá outras providências.

[Resolução CFF nº 8, de 30/07/26](#) DOU de 14/08/26 p.166 - seção 1 – nº 153 – Dispõe sobre as condições e as atribuições do farmacêutico na prática da acupuntura, e dá outras providências.

[Resolução CFF nº 10, de 30/07/26](#) DOU de 14/08/26 p.167 - seção 1 – nº 153 – Inclui o § 5º no art. 3º da Resolução/CFF nº 15/2025, que dispõe sobre as atribuições e a responsabilidade técnica do profissional farmacêutico na assistência ao aleitamento humano e no desempenho de outras atividades profissionais em Bancos de Leite Humano (BLH) e em Postos de Coleta de Leite Humano (PCLH).

Legislação Estadual

[Resolução PGE nº 36, de 13/08/26](#) DOE de 13/08/26 p.2 - seção 1 – nº 154 – Institui o Grupo de Estudos e Pesquisas em Organização Administrativa do Estado ("PGE-Org."), no âmbito do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, com a finalidade de realizar atividades voltadas ao desenvolvimento de estudos, pesquisas e propostas relacionadas a temas atinentes à organização administrativa do Estado e sua reforma, visando ao aprimoramento da atuação da Procuradoria Geral do Estado e da Administração Pública.

[Portaria IPGG, de 13/08/26](#) DOE de 13/08/26 p.47 - seção 1 – nº 154 – Alterando a Comissão de Resíduos Sólidos.

[Projeto de Lei nº 790, de 2026](#) DOE de 14/08/26 p.2 - seção Leg. – nº 148 – Institui o Programa Estadual de Renovação de Pontos de Descarte Irregular de Resíduos Sólidos – Renova SP, e dá outras providências.

[Projeto de Lei nº 791, de 2026](#) DOE de 14/08/26 p.3 - seção Leg. – nº 148 – Altera a Lei nº 12.300, de 16 de março de 2006, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos, para instituir a obrigatoriedade de monitoramento do transporte por meio de sistemas de telemetria.

OBSERVAÇÕES:

O **Informe Eletrônico de Legislação em Saúde (IELS)** é um serviço de disseminação seletiva de informação de legislação em saúde e áreas afins, elaborado a partir da publicação de atos normativos oficiais referentes aos Governos Federal, Estadual (São Paulo) e município de São Paulo, com o objetivo de divulgar diariamente esse conteúdo.

O Centro de Documentação, unidade cooperante da Biblioteca Virtual em Saúde Rede de Informação e Conhecimento, da SES/SP é responsável apenas pela elaboração e divulgação do IELS e não tem nenhuma responsabilidade sobre os conteúdos aqui divulgados, assim como não possui quaisquer informações adicionais às publicadas.

Dúvidas ou questionamentos, devem ser direcionados diretamente aos órgãos responsáveis pela emissão dos atos normativos.

Expediente:

Elaborado pelo Centro de Documentação/Biblioteca - BVS RIC da SES-SP

Seleção de Conteúdo e elaboração: Alessandra Valéria D'El Rei, Lílian Nunes Schiavon

E-mails de contato: iels@saude.sp.gov.br; ctd@saude.sp.gov.br

Telefones: (11) 3065-4701 / 3066-8117

Outras Opções de Acesso à Legislação

Base de Dados LEGSES-SP: <http://tc-legis2.bvs.br> (dados até 2017)

Base de Dados LEGSES-SP: <https://ses.sp.bvs.br/leisref> (dados a partir de 2018)

Para outras informações de legislação em saúde, acesse <https://ses.sp.bvs.br/vhl/legislacao-em-saude/>

Para acesso a outras fontes de informação em saúde, acesse a **BVS Rede de Informação e Conhecimento**